

The image is a vertical split. The left side is a faded, semi-transparent version of the right side. The right side shows a tall, yellow metal lattice transmission tower standing in a dense green forest. The background is hazy with mist or fog, and other power lines are visible in the distance. The tower has four main arms extending outwards, each supporting multiple power lines.

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A

(Anteriormente denominada Equatorial Transmissora
5 SPE S.A.)

Demonstrações contábeis regulatórias em 31 de
dezembro de 2025

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	1
BALANÇO PATRIMONIAL	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	8

Notas Explicativas

1. Contexto operacional.....	9
2. Setor Elétrico no Brasil.....	10
3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias	11
4. Principais práticas contábeis regulatórias	12
5. Caixa e equivalentes de caixa	13
6. Investimentos temporários.....	13
7. Concessionárias e permissionárias.....	14
8. Imobilizado e Intangível.....	15
9. Empréstimos e financiamentos e debêntures	17
10. Provisão para Contingências	19
11. Dividendos declarados.....	19
12. Patrimônio líquido	20
13. Pessoal e Administradores.....	22
14. Resultado financeiro	23
15. Partes relacionadas.....	23
16. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social	25
17. Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários.....	25
18. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório.....	29
19. Conciliação do resultado societário e regulatório	29
20. Demonstração dos fluxos de caixa	29
21. Seguros	30



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Diretores e Acionistas da
Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

A Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 12 de março de 2026.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



**Shape the future
with confidence**

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza (CE), 27 de abril de 2026

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Thiago Alexandre de Souza Silva', written over a grid pattern.

Thiago Alexandre de Souza Silva
Contador CRC PE-021265/O

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.980	202
Investimentos temporários	6	32.848	61.509
Concessionárias e permissionárias	7	20.296	13.496
Tributos compensáveis		8.590	6.623
Serviços em curso		1.503	-
Despesas pagas antecipadamente		-	22
Outros ativos circulantes		1.323	3.237
Total do circulante		78.540	85.089
Não circulante			
Investimentos temporários	6	12.854	11.543
Tributos compensáveis		-	23
Imobilizado	8.1	457.706	471.821
Intangível	8.2	10.289	10.344
Total do não circulante		480.849	493.731
Total do ativo		559.389	578.820
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		4.275	5.977
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	20.897	19.344
Dividendos declarados	11	1.792	5.976
Tributos a recolher		7.887	5.534
Encargos setoriais		1.896	1.446
Outros passivos circulantes		5.807	6.415
Total do circulante		42.554	44.692
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	370.313	385.914
Tributos a recolher		30	30
Outros ativos não circulantes		1.650	1.650
Total do não circulante		371.993	387.594
Total do passivo		414.547	432.286
Patrimônio líquido			
Capital social	12	89.257	89.257
Reserva de incentivos fiscais		63.227	44.498
Reserva legal		17.850	17.845
Reserva de lucros a realizar		350.993	228.116
Dividendos adicionais propostos		-	75.077
Reserva de investimentos e expansão		71.406	16.879
Proventos excedentes da contabilidade societária		(447.891)	(325.138)
Total do patrimônio líquido		144.842	146.534
Total do passivo e patrimônio líquido		559.389	578.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Operações em continuidade	Notas	2025	2024
Receita / Ingresso			
Transmissão de energia		139.993	116.850
Outras receitas		298	-
		<u>140.291</u>	<u>116.850</u>
Tributos			
PIS-PASEP		(2.227)	(2.156)
Cofins		(10.076)	(9.930)
		<u>(12.303)</u>	<u>(12.086)</u>
Encargos			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.253)	(1.089)
Taxa de fiscalização		(481)	(460)
		<u>(1.734)</u>	<u>(1.549)</u>
Receita líquida/ Ingresso líquido		<u>126.254</u>	<u>103.215</u>
Custos gerenciáveis			
Pessoal e administradores	13	(2.704)	(2.818)
Material		(30)	(69)
Serviços de terceiros		(2.483)	(2.795)
Arrendamentos e aluguéis		(7)	(3)
Depreciação e amortização		(14.365)	(14.360)
Outros		(145)	(171)
		<u>(19.734)</u>	<u>(20.216)</u>
Resultado da atividade		<u>106.520</u>	<u>82.999</u>
Resultado financeiro	14		
Receitas financeiras		10.624	8.663
Despesas financeiras		(35.217)	(37.515)
		<u>(24.593)</u>	<u>(28.852)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>81.927</u>	<u>54.147</u>
Despesas com impostos sobre o lucro	16		
Imposto de renda e contribuição social		(25.479)	(17.262)
Incentivos fiscais		18.729	12.699
		<u>(6.750)</u>	<u>(4.563)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>75.177</u>	<u>49.584</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	75.177	49.584
Outros resultados abrangentes, líquido de impostos	-	-
Total resultados abrangentes	<u>75.177</u>	<u>49.584</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Notas	Reservas de lucros					Dividendos adicionais propostos	Proventos excedentes da contabilidade societária	Lucros acumulados	Total
		Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Incentivos fiscais	Reserva para investimento e expansão				
Saldos em 31 de dezembro de 2023		89.257	17.845	233.334	31.799	16.879	30.637	(286.188)	-	133.563
Dividendos adicionais distribuídos - 2023	11	-	-	-	-	-	(30.637)	-	-	(30.637)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	49.584	49.584
Destinação do lucro										
Constituição de reserva de incentivo fiscal	12	-	-	-	12.699	-	-	-	(12.699)	-
Realização da reserva de lucros a realizar	12	-	-	(5.218)	-	-	-	-	-	(5.218)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	-	-	(758)	(758)
Constituição de dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	-	-	75.077	-	(75.077)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	(38.950)	38.950	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		89.257	17.845	228.116	44.498	16.879	75.077	(325.138)	-	146.534
Dividendos adicionais distribuídos - 2024	11	-	-	-	-	-	(75.077)	-	-	(75.077)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	75.177	75.177
Destinação do lucro										
Constituição de reserva de incentivos fiscais	12	-	-	-	18.729	-	-	-	(18.729)	-
Constituição de reserva legal	12	-	5	-	-	-	-	-	(5)	-
Constituição de reserva de lucros a realizar	12	-	-	122.877	-	-	-	-	(122.877)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	11	-	-	-	-	-	-	-	(1.792)	(1.792)
Constituição de reserva para investimento e expansão	12	-	-	-	-	54.527	-	-	(54.527)	-
Proventos excedentes da contabilidade societária		-	-	-	-	-	-	(122.753)	122.753	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		89.257	17.850	350.993	63.227	71.406	-	(447.891)	-	144.842

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	75.177	49.584
Ajuste para:		
Amortização do imobilizado e intangível	14.365	14.360
Baixas no ativo imobilizado	2	504
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	30.529	31.142
Rendimentos de aplicações financeiras	(9.327)	(8.699)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	6.750	4.563
	<u>117.496</u>	<u>91.454</u>
(Aumento) / Diminuição nos ativos operacionais		
Concessionárias e permissionárias	(6.800)	1.332
Tributos compensáveis	(1.944)	5.976
Serviços em curso	(1.503)	-
Despesas pagas antecipadamente	22	(14)
Outros ativos circulantes	1.912	(998)
Aumento / (Diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(1.702)	(1.170)
Tributos a recolher	235	(6.335)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(304)	-
Encargos setoriais	450	182
Outros passivos	(663)	3.269
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>107.199</u>	<u>93.696</u>
Pagamento de impostos	(4.279)	(4.419)
Juros pagos	(27.062)	(26.850)
Rendimentos de aplicações financeiras	471	8.699
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>76.329</u>	<u>71.126</u>
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo imobilizado, líquido dos juros capitalizados	(189)	(1.686)
Aquisições no ativo intangível	-	(10)
(Aplicação) Resgate de aplicações financeiras	36.206	(42.864)
Fluxo de caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades de investimentos	<u>36.017</u>	<u>(44.560)</u>
Atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(17.515)	(15.721)
Dividendos pagos	(81.053)	(37.302)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(98.568)</u>	<u>(53.023)</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>13.778</u>	<u>(26.457)</u>
Demonstração da (redução) aumento no caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	202	26.659
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	13.980	202
(Redução) aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>13.778</u>	<u>(26.457)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Contexto operacional

A Alto Sertão Transmissora de Energia S.A. ("Alto Sertão Transmissora", "Companhia" ou "Outorgada"), anteriormente denominada Equatorial Transmissora 5 SPE S.A, teve sua razão social alterada em decorrência de troca de controle acionário. Trata-se de uma sociedade de propósito específico, anônima de capital fechado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ no 26.845.283/0001-66 e constituída em 17 de novembro de 2016, controlada pela Verene Transmissão Subholding S.A., anteriormente denominada Equatorial Transmissão S.A., sendo sua controladora final a Verene Energia S.A., domiciliada no Brasil, na Cidade do Rio de Janeiro, na Rua do Catete 359, 4º andar – Catete - RJ, CEP 22.220-001. A Companhia tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão, de acordo com o Edital do Leilão nº 13/2015 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) 2ª Etapa-Republicação, consistente na: Linha de Transmissão Igaporã III - Janaúba 3 C2, em 500(*) kV, com extensão aproximada de 257(*) quilômetros.

A Companhia tem prazo de autorização e concessão do poder concedente de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do Contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

Contrato de concessão	Prazo	Término do contrato	RAP		Índice de correção
			2025-2026	2024-2025	
013/2017	30 anos	10/02/2047	130.419	123.832	IPCA

(*) Não auditado

Quando comparada ao ciclo anterior, houve uma variação de 5,05% decorrente do reajuste pela variação acumulada do IPCA.

A Receita Anual Permitida (RAP) da Companhia é atualizada anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), por meio de resoluções homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A Resolução Homologatória (REH) 3.481/2025 estabeleceu para a Companhia, no ciclo 2025-2026, que teve seu início no mês de julho de 2025 RAP de R\$ 130.419.

A ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A última revisão tarifária na Companhia ocorreu por meio da Resolução Homologatória 3.050/2022 (vigente a partir de 1º de junho de 2022), reajustou em 9,42% a RAP.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão nº 013/2017 assinados entre a ANEEL e a Companhia em 10 de fevereiro de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos, com vencimento em 10 de fevereiro de 2047, podendo ser revogado por igual exercício, a critério exclusivo do Poder Concedente.

A Companhia está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 1.600/2020, com validade pelo período de dez anos, contados a partir de sua assinatura em 17 de dezembro de 2020, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

1.2 Reforma tributária sobre consumo

Foi promulgada em 20 de dezembro de 2023, a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, que entrará em vigor, em período de transição, a partir de 2026 e com previsão para valer integralmente a partir de 2033. Esta reforma substitui os tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS por um modelo de Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre os Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

A Lei Complementar nº 214/2025, publicada em 16 de janeiro de 2025, estabelece as diretrizes iniciais para implementação da reforma tributária. No entanto, aspectos operacionais e detalhes específicos ainda dependem de regulamentação complementar.

Desta forma, até 31 de dezembro de 2025, data base destas Demonstrações contábeis regulatórias, não há impactos da reforma tributária nas informações da Companhia. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os efeitos à medida que novas definições foram estabelecidas.

1.3 Alteração do controle societário

Em 31 de outubro de 2025 foi concluído o processo de alienação da totalidade das ações e mudança de controle da Companhia ("Operação"), em conjunto com a sua controladora direta Equatorial Transmissão S.A., subsidiária integral da Equatorial S.A., na qualidade de vendedora, para a Infraestrutura e Energia Brasil S.A., na qualidade de compradora e subsidiária integral da Verene Energia S.A., essa última controlada pela *La Caisse (Caisse De Dépôt Et Placement Du Québec – CDPO)*.

Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a integrar o grupo econômico da Infraestrutura e Energia Brasil S.A., deixando de ser controlada, direta ou indiretamente, pela Equatorial S.A.

2. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Base de elaboração

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas e apresentadas de acordo com as normas emitidas pelo Órgão regulador (Aneel) determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 17 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 27 de abril de 2026.

3.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Os valores são apresentados em milhares de reais e são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

4. Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 12 de março de 2026 e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Receita líquida/Ingresso líquido (reconhecimento de receita)

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	1.027	12
Equivalentes de caixa (a)		
Investimentos		
Certificado de Depósito Bancário – CDB	8.949	190
Operações compromissadas	4.004	-
Total	13.980	202

(a) Os equivalentes de caixa se referem a CDB - Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e outros ativos de alta liquidez e com baixo risco de crédito.

Os CDBs são remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com a rentabilidade média ponderada no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivalente 90,54% a.a. do CDI (90,00% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

6. Investimentos temporários

	2025	2024
Circulante		
Fundos de investimentos (a)	32.848	61.509
Total circulante	32.848	61.509
Não circulante		
Recursos vinculados (b)	12.854	11.543
Total não circulante	12.854	11.543
Total	45.702	73.052

(a) Os fundos de investimentos são compostos por diversos ativos financeiros visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDBs, entre outros, emitidos por instituições financeiras de primeira linha, de acordo com a norma de investimento do Fundo.

(b) Referem-se às aplicações restritas de garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A carteira da Companhia é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), logo, a rentabilidade média ponderada da carteira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 99,48% a.a. do CDI (96,16% a.a. do CDI em 31 de dezembro de 2024).

7. Concessionárias e permissionárias

Segue abaixo a composição do contas a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025	2024
A vencer (até 60 dias)	13.185	8.112
Saldos vencidos		
90 dias	386	675
de 91 a 180 dias	867	674
de 181 a 360 dias	565	1.308
acima de 361 dias (a)	5.293	2.727
Total (b)	<u>20.296</u>	<u>13.496</u>

- (a) A Companhia na qualidade de agente integrante do setor de transmissão, atua como intermediária financeira (agente arrecadador) no fluxo dos encargos rescisórios associados aos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão – CUST. O papel da Companhia consiste na arrecadação dos valores devidos pelos usuários e posterior transferência integral ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, não assumindo qualquer obrigação substantiva, risco de crédito, exposição econômica ou direito sobre tais montantes.

Em conformidade com as práticas contábeis vigentes para operações de mera intermediação de recursos de terceiros, os valores são registrados, até seu repasse, na rubrica de “contas a receber”, no ativo circulante e “Encargos rescisórios – ONS” no passivo circulante, na rubrica de “outras contas a pagar”, em linha com as diretrizes estabelecidas para recebimentos destinados a terceiros, que requer a utilização de contas de trânsito até a efetiva transferência dos valores à entidade centralizadora.

Adicionalmente, conforme previsto no Capítulo II da Resolução Normativa ANEEL nº 1.125, de 27 de maio de 2025, a responsabilidade pela recuperação de valores inadimplidos relativos aos encargos rescisórios é atribuída exclusivamente aos credores (transmissoras) e ao ONS. A norma estabelece que a aferição do “máximo esforço” compreende: (i) inclusão do devedor no Cadastro de Inadimplentes da ANEEL; (ii) protesto extrajudicial do débito; e (iii) ajuizamento de ação judicial, cuja execução deve ocorrer de forma centralizada pelo ONS, ao qual compete adotar todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação do crédito.

Dessa forma, a Companhia não possui responsabilidade operacional, direito de crédito, obrigação de cobrança ou exposição a riscos relacionados aos valores em questão, o que justifica a ausência de reconhecimento de receitas, despesas, ativos ou passivos definitivos referentes aos encargos rescisórios, limitando-se a registrá-los em contas transitórias até o repasse integral ao ONS.

- (b) A Companhia realiza a avaliação de perda de crédito esperada, utilizando informações históricas, condições atuais e projeções prospectivas, com base em parâmetros como probabilidade de inadimplência, perda dada inadimplência e exposição ao risco.

Para os recebíveis decorrentes da receita de transmissão, a Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

8. Imobilizado e Intangível

8.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão								
Máquinas e Equipamentos	509.265	-	-	-	509.265	(61.743)	447.522	461.708
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.360	-	-	-	2.360	(296)	2.064	2.142
Veículos	264	-	-	-	264	(120)	144	182
Subtotal	511.889	-	-	-	511.889	(62.159)	449.730	464.032
Imobilizado em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transferência	Valor Bruto em 2025	Depreciação Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão								
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	(1)	1	-	-	-	-	-	(1)
Máquinas e Equipamentos	7.788	188	-	-	7.976	-	7.976	7.788
Adiantamentos a Fornecedores	2	-	(2)	-	-	-	-	2
Subtotal	7.789	189	(2)	-	7.976	-	7.976	7.789
Total do imobilizado	519.678	189	(2)	-	519.865	(62.159)	457.706	471.821

Ativo Imobilizado R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2025		2024	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão		511.889	(62.159)	449.730	464.032
Custo Histórico	3,95%	511.889	(62.159)	449.730	464.032
Em Curso					
Transmissão		7.976	-	7.976	7.789
Custo Histórico		7.976	-	7.976	7.789
Total do imobilizado		519.865	(62.159)	457.706	471.821

Não houve adições e exclusões no imobilizado em serviço em 2025.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação (%)
Equipamento Geral	6,28%
Estrutura Geral	2,88%
Condutor de Sistema	2,70%

8.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível em serviço	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transferência	Valor Bruto em 2025	Amortização Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão								
Servidões	9.048	-	-	-	9.048	-	9.048	9.048
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Depreciação - Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.651	-	-	-	1.651	(482)	1.169	1.224
(-) Depreciação - Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	10.699	-	-	-	10.699	(482)	10.217	10.272
Intangível em curso	Valor bruto em 2024	Adição	Baixa	Transferência	Valor Bruto em 2025	Amortização Acumulada	Valor líquido em 2025	Valor líquido em 2024
Transmissão								
Softwares	10	-	-	-	10	-	10	10
Outros	23	-	-	-	23	-	23	23
Subtotal	33	-	-	-	33	-	33	33
Administração								
Softwares	39	-	-	-	39	-	39	39
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	39	-	-	-	39	-	39	39
Total do intangível	10.771	-	-	-	10.771	(482)	10.289	10.344

9. Empréstimos e financiamentos e debêntures

9.1 Abertura do endividamento

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.935	18.962	370.313	391.210											
Banco do Nordeste (BNB)	1.031	16.471	286.669	304.171	Sim	fev/19	Aval/Fiança	IPCA	2,57%	15/01/2026	Mensal	15/01/2026	17/01/2039	Mensal	SAC
1ª Emissão de Debêntures	904	2.807	87.504	91.215	Sim	abr/19	Fidejussória	IPCA	4,85%	15/04/2026	Semestral	15/04/2026	15/04/2039	Semestral	Outro, especif. no cronograma
Custo de Captação Empréstimos (BNB)	-	(119)	(1.442)	(1.561)	Sim	dez/20	N.A.	N.A.	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	17/01/2039	N.A.	N.A.
Custo de Captação - Debêntures	-	(197)	(2.418)	(2.615)	Sim	abr/19	N.A.	N.A.	0,00%	31/01/2026	N.A.	31/01/2026	15/04/2039	N.A.	N.A.

9.2 Cronograma de amortização do principal e juros de longo prazo

Instituição / Linha credora	2027	2028	2029	2030	2031+	Total
Banco do Nordeste (BNB)	17.342	17.418	17.766	17.416	216.727	286.669
1ª Emissão de Debêntures	3.744	4.679	2.808	5.615	70.658	87.504
Custo de Captação Empréstimos (BNB)	(88)	(89)	(90)	(89)	(1.086)	(1.442)
Custo de Captação - Debêntures	(32)	(40)	(24)	(48)	(2.274)	(2.418)
Financ. Emprést. Moeda nacional	20.966	21.968	20.460	22.894	284.025	370.313

9.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Principal+ Curto Prazo	Principal+ Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
Ativos Financeiros	46.828	12.854	59.682	73.254
Caixa e aplicações financeiras	1.027	-	1.027	12
Aplicação financeira CDB	8.949	-	8.949	190
Operações compromissadas	4.004	-	4.004	-
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	13.980	-	13.980	202
Aplicação financeira - cotas de investimentos (circulante)	32.848	-	32.848	61.509
Aplicação financeira - Recursos vinculados (não circulante)	-	12.854	12.854	11.543
Investimentos temporários - subtotal	32.848	12.854	45.702	73.052

9.4 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2025	Saldo 2024
(+) Dívida Bruta	1.935	18.962	370.313	391.210	405.258
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	1.031	16.352	285.227	302.610	318.868
Debêntures Moeda Nacional	904	2.610	85.086	88.600	86.390
(-) Ativos Financeiros	-	(46.828)	(12.854)	(59.682)	(73.254)
Alta Liquidez	-	(46.828)	(12.854)	(59.682)	(73.254)
(+) Dívida Líquida	1.935	(27.866)	357.459	331.528	332.004

9.5 Covenants e garantias dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia possuem garantias reais e fidejussórias e *covenants* não financeiros, cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- (i) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Companhia, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras societárias; e
- (ii) Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão S.A., sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras societárias.

Covenants

Dívida líquida/EBITDA Companhia: <= 4,5
Dívida líquida/EBITDA Fiadora: <= 5,0

Debêntures

2,75
4,19

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida e EBITDA, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

10. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia com base em informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes, e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão processual, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2025, cuja probabilidade de perda foi classificada como possível é de R\$ 79 (R\$ 352 em 31 de dezembro de 2024), conforme segue:

	2025	2024
Trabalhista	-	75
Cível	79	277
Total	<u>79</u>	<u>352</u>

11. Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

Os dividendos foram calculados com base no lucro societário conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	197.930	88.534
(-) Reserva legal	(6)	-
(-) Reserva de incentivo fiscal	(18.728)	(12.699)
Lucro líquido ajustado	<u>179.196</u>	<u>75.835</u>
Dividendos mínimos obrigatórios	1.792	758
Realização da Reserva de lucros a realizar – dividendos mínimos	-	5.218
Dividendos adicionais propostos	-	75.077
Total dividendos	<u>1.792</u>	<u>81.053</u>

A movimentação dos dividendos declarados está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.665
Dividendos adicionais distribuídos de 2023	30.637
Dividendos mínimos obrigatórios de 2024	758
Dividendos da reserva de lucro a realizar	5.218
Pagamento de dividendos no exercício	(37.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.976
Dividendos adicionais distribuídos de 2024	75.077
Dividendos mínimos obrigatórios de 2025	1.792
Pagamento de dividendos no exercício	(81.053)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.792

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal". Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que "do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal" e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado a reserva de incentivos fiscais da "base de cálculo" da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das companhias. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social da Companhia totalmente integralizado é de R\$ 89.257 e está representado por 89.256.949 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 100.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

12.2 Reserva de lucros

	Nota	2025	2024
Reserva legal	(a)	17.850	17.845
Reserva de incentivos fiscais	(b)	63.227	44.498
Reserva de lucros a realizar	(c)	350.993	228.116
Reserva para investimento e expansão	(d)	71.406	16.879
Reserva de dividendos adicionais propostos	(e)	-	75.077
Proventos excedentes da contabilidade societária	(f)	(447.891)	(325.138)
Total		55.585	57.277

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era de R\$ 63.227 (R\$ 44.498 em 31 de dezembro de 2024), a movimentação do exercício de R\$ 18.729 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDENE utilizado no exercício de 2025 (R\$ 12.699 no exercício de 2024).

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 17.850 (R\$ 17.845 em 31 de dezembro de 2024).

c. Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em virtude de a Companhia estar em operação, essas reservas são utilizadas para distribuir dividendos à medida que a RAP é realizada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva de lucros a realizar é de R\$ 350.993 (R\$ 228.116 em 31 de dezembro de 2024).

A tabela abaixo demonstra a constituição e a realização da reserva de lucros a realizar pela RAP.

Movimentação da reserva de lucros a realizar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial em 1º de janeiro	228.116	233.334
Constituição	122.877	-
Realização	-	(5.218)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>350.993</u>	<u>228.116</u>

d. Reserva para investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 33, item III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Companhia, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Companhia; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da reserva para investimento e expansão é de R\$ 71.406 (Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 16.879).

e. Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, não houve destinação para reserva de dividendos adicionais propostos (R\$ 75.077 em 31 de dezembro de 2024).

f. Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de PCGA (Prática Contábeis Geralmente Aceitas) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados distintos, todas as diferenças são registradas no grupo em questão. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo da mesma é de R\$ (447.891), e em 31 de dezembro de 2024, R\$ (325.138).

13. Pessoal e Administradores

Segue abaixo a abertura dos grupos de pessoal e de administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal e Administradores	2025	2024
Pessoal	(2.526)	(2.456)
Remuneração	(1.706)	(1.497)
Encargos	(346)	(335)
Previdência privada - Corrente	(47)	(45)
Participação nos lucros e resultados - PLR	(427)	(470)
Outros benefícios - corrente	-	(109)
Administradores	(178)	(362)
Remuneração	(178)	(362)
Total	(2.704)	(2.818)

Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	9.799	8.699
Variação monetária e cambial da dívida	-	192
PIS/COFINS sobre receita financeira	(518)	(413)
Outras receitas financeiras	1.343	185
Total de receitas financeiras	<u>10.624</u>	<u>8.663</u>
Despesas financeiras		
Encargos da dívida	(25.414)	(26.962)
Variação monetária da dívida	(3.827)	(4.372)
Despesas financeira com P&D	(28)	68
Juros, multas s/ operação de energia	-	(1)
Despesa com Aval (a)	(2.707)	(4.166)
Outras despesas financeiras	(3.241)	(2.082)
Total de despesas financeiras	<u>(35.217)</u>	<u>(37.515)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(24.593)</u>	<u>(28.852)</u>

(a) Refere-se a assinatura do Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), em 16 de setembro de 2022, entre a ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial S.A. e Equatorial Transmissão S.A.

15. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui movimentações com partes relacionadas (*), principalmente referente aos contratos de compartilhamentos, dividendos, empréstimos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

Empresas	Nota	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber (RAP)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico (*)					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.		-	-	70	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.		-	-	104	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.		-	-	52	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.		-	-	43	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)		-	-	140	-
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)		-	-	12	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.		-	-	159	-
Total		-	-	<u>580</u>	-
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico (*)					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	17	34
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	20	34
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	5	11
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	5	12
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	-	-	5	15
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	-	-	2	4
BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	22	28
BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	23	29
VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	30	38
JAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	253	671
PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	127	339
TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	49	61
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	14	18
Total		-	-	<u>572</u>	<u>1.294</u>
Fornecedores					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico (*)					
Equatorial Serviços S.A.	(c)	-	-	(4)	(14)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(d)	-	-	(300)	(300)

Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Empresas	Nota	2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Total		-	-	(304)	(314)
Outras contas a pagar					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico (*)					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(53)	(228)
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(24)	(112)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(16)	(44)
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(b)	-	-	(10)	(36)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)	(b)	-	-	(17)	(39)
Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)	(b)	-	-	(4)	(12)
BARREIRAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(6)	(13)
BURITIRAMA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(15)	(34)
VALE DO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(3)	(7)
JAIBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(427)	(1.704)
PRESIDENTE JUSCELINO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(41)	(99)
TAPAJÓS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	(b)	-	-	(35)	(63)
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S. A	(b)	-	-	(48)	(72)
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(e)	-	2.707	(1.193)	(4.166)
Controladora indireta (*)					
Equatorial Energia S.A.	(e)	-	-	-	(155)
Total		-	2.707	(1.892)	(6.784)
Dividendos a pagar					
Controladora direta					
Equatorial Transmissão S.A.	(f)	(1.792)	-	(5.976)	-
Total		(1.792)	-	(5.976)	-

(*) A partir de 31 de outubro de 2025, com a mudança de controle societário da Companhia, os saldos de outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar se encontram zerados, fazendo com que as entidades e controladora direta em questão não sejam mais partes relacionadas.

- (a) Valores referem-se a Receita Anual Permitida (RAP) faturadas e recebidas decorrente de operações do mesmo grupo econômico da companhia, por meio da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST);
- (b) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa, cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021;
- (c) Os valores com a Equatorial Serviços S.A. são oriundos de prestação serviços de recursos humanos, administrativos e rateio proporcional das respectivas despesas incorridas, com prazo de duração indeterminado;
- (d) Os valores com o Instituto Equatorial referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (e) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (fiança/aval), entre a ALTO SERTÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Contratante) e as (Contratadas) Equatorial S.A. e Equatorial Transmissão S.A., com o objetivo de remunerar as garantias prestadas sob forma de fiança/aval em contratos. A prestação da garantia, terá uma remuneração equivalente a 1% (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (f) Valor refere-se à distribuição de dividendos mínimos e adicionais referentes ao exercício de 2025 e 2024, conforme detalhamento na nota explicativa nº 14 – Dividendos a pagar.

15.1 Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 31 de outubro de 2025, data de aquisição do controle pela Verene Energia S.A., a Companhia passou a contar com nova estrutura administrativa, com três membros do Conselho de Administração e dois membros na Diretoria Executiva, remunerados diretamente pelas SPEs do Grupo Verene. Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2025 o valor correspondente à Companhia foi de R\$ 178 (R\$ 362 em 31 de dezembro de 2024).

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia, além dos seus serviços normais.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possui para suas pessoas chave da Administração remuneração nas categorias de: a) benefícios de longo prazo; b) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; c) benefícios de pós emprego; e d) remuneração baseada em ações.

15.2 Garantias e fianças

A Equatorial Transmissão S.A. (2), controladora da Companhia, presta garantias como avalista (s) ou fiadora (s) da Companhia com ônus (*) nos contratos de financiamentos, debêntures e apólices de seguros, conforme abaixo listados:

Moeda Nacional (R\$)	Garantias
Banco do Nordeste	Fiança Bancária + Conta Reserva

(*) Referente a remuneração dos avalistas em 1% a.a. sobre o saldo devedor. Houve distrato do contrato de remuneração de aval em 26/05/2025.

16. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	81.927	54.147
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(27.855)	(18.410)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	18.729	12.699
Ativo contratual - CPC 47	2.376	1.148
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(6.750)	(4.563)

(a) A Outorgada obteve em 2020 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

17. Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Balço Patrimonial

Ativo	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		13.980	-	13.980	202	-	202
Investimentos temporários		32.848	-	32.848	61.509	-	61.509
Concessionárias e permissionárias		20.296	-	20.296	13.496	-	13.496
Tributos compensáveis		8.590	-	8.590	6.623	-	6.623
Serviços em curso		1.503	-	1.503	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	22	(22)	-
Ativos de contratos	17.1	-	134.260	134.260	-	88.575	88.575
Outros ativos circulantes		1.323	-	1.323	3.237	22	3.259
Total do ativo circulante		78.540	134.260	212.800	85.089	88.575	173.664
Não circulante							
Investimentos temporários		12.854	-	12.854	11.543	-	11.543
Tributos compensáveis		-	-	-	23	-	23
Imobilizado	17.2	457.706	(457.706)	-	471.821	(471.821)	-
Intangível	17.3	10.289	(9.119)	1.170	10.344	(9.119)	1.225
Ativos de contratos	17.1	-	1.153.024	1.153.024	-	1.005.563	1.005.563
Total do ativo não circulante		480.849	686.199	1.167.048	493.731	524.623	1.018.354
Total do ativo		559.389	820.459	1.379.848	578.820	613.198	1.192.018
Passivo							
		2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Circulante							
Fornecedores		4.275	-	4.275	5.977	-	5.977
Empréstimos, financiamentos e debêntures		20.897	-	20.897	19.344	-	19.344
Dividendos declarados		1.792	-	1.792	5.976	-	5.976
Tributos a recolher		7.887	-	7.887	5.534	(49)	5.485
Encargos setoriais		1.896	-	1.896	1.446	-	1.446
PIS e COFINS diferidos	17.5	-	5.626	5.626	-	4.567	4.567
Outros passivos circulantes		5.807	-	5.807	6.415	49	6.464
Total do passivo circulante		42.554	5.626	48.180	44.692	4.567	49.259
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		370.313	-	370.313	385.914	-	385.914
Tributos diferidos	17.5	30	253.494	253.524	30	186.851	186.881
PIS e COFINS diferidos	17.5	-	113.448	113.448	-	96.642	96.642
Outros passivos não circulantes		1.650	-	1.650	1.650	-	1.652
Total do passivo não circulante		371.993	366.942	738.935	387.594	283.493	671.089
Patrimônio líquido							
Capital social	18	89.257	-	89.257	89.257	-	89.257
Reserva de incentivos fiscais		63.227	-	63.227	44.498	-	44.498
Reserva legal		17.850	-	17.850	17.845	-	17.845
Reserva de Lucros a Realizar		350.993	-	350.993	228.116	-	228.116
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	75.077	-	75.077
Reserva de Investimentos e Expansão		71.406	-	71.406	16.879	-	16.879
Proventos excedentes da contabilidade societária		(447.891)	447.891	-	(325.138)	325.138	-
Total do patrimônio líquido		144.842	447.891	592.733	146.534	325.138	471.672
Total do passivo e patrimônio líquido		559.389	820.459	1.379.848	578.820	613.198	1.192.018

Alto Sertão Transmissora de Energia S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado

	Nota	2025			2024		
		Regulatório	Ajuste	Societário	Regulatório	Ajuste	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso							
Transmissão de energia	17.6	139.993	(139.993)	-	116.850	(116.850)	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	325.222	325.222	-	139.268	139.268
Receita de O&M	17.6	-	7.918	7.918	-	8.775	8.775
Outras receitas		298	-	298	-	16.260	16.260
		<u>140.291</u>	<u>193.147</u>	<u>333.438</u>	<u>116.850</u>	<u>47.453</u>	<u>164.303</u>
Tributos							
PIS-PASEP		(2.227)	(3.187)	(5.414)	(2.156)	-	(2.156)
Cofins		(10.076)	(14.679)	(24.755)	(9.930)	-	(9.930)
		<u>(12.303)</u>	<u>(17.866)</u>	<u>(30.169)</u>	<u>(12.086)</u>	<u>-</u>	<u>(12.086)</u>
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.253)	-	(1.253)	(1.089)	-	(1.089)
Taxa de fiscalização		(481)	-	(481)	(460)	-	(460)
		<u>(1.734)</u>	<u>-</u>	<u>(1.734)</u>	<u>(1.549)</u>	<u>-</u>	<u>(1.549)</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>126.254</u>	<u>175.281</u>	<u>301.535</u>	<u>103.215</u>	<u>47.453</u>	<u>150.668</u>
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores		(2.704)	-	(2.704)	(2.818)	-	(2.818)
Material		(30)	-	(30)	(69)	12	(57)
Serviços de Terceiros		(2.483)	(189)	(2.672)	(2.795)	(1.232)	(4.027)
Arrendamentos e aluguéis		(7)	-	(7)	(3)	-	(3)
Depreciação e amortização	17.4	(14.365)	14.304	(61)	(14.360)	14.305	(55)
Outros		(145)	-	(145)	(171)	(2)	(173)
		<u>(19.734)</u>	<u>14.115</u>	<u>(5.619)</u>	<u>(20.216)</u>	<u>13.083</u>	<u>(7.133)</u>
Resultado da atividade		<u>106.520</u>	<u>189.396</u>	<u>295.916</u>	<u>82.299</u>	<u>60.536</u>	<u>143.535</u>
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		10.624	-	10.624	8.663	-	8.663
Despesas financeiras		(35.217)	-	(35.217)	(37.515)	-	(37.515)
		<u>(24.593)</u>	<u>-</u>	<u>(24.593)</u>	<u>(28.852)</u>	<u>-</u>	<u>(28.852)</u>
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>81.927</u>	<u>189.396</u>	<u>271.323</u>	<u>54.147</u>	<u>60.536</u>	<u>114.683</u>
Despesas com impostos sobre o lucro							
Imposto de renda e contribuição Social		(25.479)	-	(25.479)	(17.262)	-	(17.262)
Imposto de renda e contribuição Social diferidos		-	(66.643)	(66.643)	-	(21.586)	(21.586)
Incentivos fiscais		18.729	-	18.729	12.699	-	12.699
	16	<u>(6.750)</u>	<u>(66.643)</u>	<u>(73.393)</u>	<u>(4.563)</u>	<u>(21.586)</u>	<u>(26.149)</u>
Lucro líquido	19	<u>75.177</u>	<u>122.753</u>	<u>197.930</u>	<u>49.584</u>	<u>38.950</u>	<u>88.534</u>

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

17.1 Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 1.287.284 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.094.138 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre a linha de ativo contratual regulatório e o societário é decorrente da não aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

De acordo com a legislação societária, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção), pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

17.2 Imobilizado

O ajuste de R\$ 457.706 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 471.821 em 31 de dezembro de 2024) identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

17.3 Intangível

O ajuste de R\$ 9.119 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 9.119 em 31 de dezembro de 2024), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de *software* que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de *softwares*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

17.4 Depreciação e amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados às concessões são capitalizados no ativo intangível e passam a ser amortizados, de acordo com a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) / OCPC05 a partir do início da concessão.

17.5 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 253.494 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 186.851 em 2024) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 119.074 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 101.209 em 2024), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção e receita de remuneração. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

17.6 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

18. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos conforme contabilidade societária	592.733	471.672
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de (ICPC 01) / CPC 47 (a)	<u>(447.891)</u>	<u>(325.138)</u>
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u><u>144.842</u></u>	<u><u>146.534</u></u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

19. Conciliação do resultado societário e regulatório

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldos conforme contabilidade societária	197.930	88.534
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)/ CPC 47 (a)	<u>(122.753)</u>	<u>(38.950)</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício – Regulatório	75.177	49.584

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

20. Demonstração dos fluxos de caixa

20.1 Transações não envolvendo caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de financiamento	
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	1.792
Total	<u>1.792</u>

20.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxos de caixa	Pagamento de juros (*)	Outros (**)	2025
Empréstimos e financiamentos	318.868	(15.665)	(22.734)	22.141	302.610
Debêntures	86.390	(1.850)	(4.328)	8.388	88.600
Dividendos declarados	5.976	(81.053)		76.869	1.792
Totais	<u>411.234</u>	<u>(98.568)</u>	<u>(27.062)</u>	107.398	<u>393.002</u>

(*) A Companhia classifica juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

(**) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas.

21. Seguros

A Companhia tem por política manter cobertura de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, com objetivo de salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data da vigência dos principais seguro contratados em 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

<u>Risco</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Risco Operacional (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	542.482
Responsabilidade Civil (i)	30/04/2025 a 30/04/2026	50.000
Directors and officers	28/07/2025 a 28/01/2027	50.000

Diretoria

José Cherem Pinto,
Diretor Presidente

Ana Graciela Heugas Granato,
Diretora de Relações com os Investidores

Conselho de administração

Ana Graciela Heugas Granato,
Presidente do Conselho de Administração

Artur Fabiano Marques,
Vice-Presidente do Conselho de Administração

Arnaldo de Mesquita Bittencourt Neto,
Membro

Djamila Muniz de Carvalho
Contadora
CRC RJ 125.608/O